

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Marin, Jérri Roberto

Os posicionamentos do Arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa, e a defesa
do patriotismo cristão

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em
História, vol. 20, núm. 3, 2016, pp. 155-172

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305549840013>

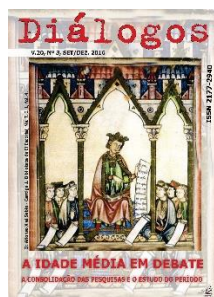
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v20i3>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Os posicionamentos do Arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa, e a defesa do patriotismo cristão

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v20i3.34157>

Jérri Roberto Marin

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Professor Associado da UFMS; Professor da Pós-Graduação em História da UFGD, jerrimarim@gmail.com

Palavras Chave:

D. Francisco de Aquino Corrêa;
Patriotismo Cristão; Neo-
cristandade.

Keywords:

D. Francisco de Aquino Corrêa;
Christian Patriotism; Neo-
Christianity

Palabras clave:

Don Francisco de Aquino
CORRÊA; Patriotismo
Cristiano; Neo-Cristianismo.

Resumo

O artigo analisa os posicionamentos de D. Francisco de Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá, sobre o Brasil e a defesa do patriotismo cristão. Como um dos porta-vozes da hierarquia eclesiástica brasileira e da Santa Sé, conquistou grande projeção e influência social entre as décadas de 1910 e 1940. As referências empíricas são os discursos e as cartas pastorais do período de 1920 a 1940. D. Aquino repensava e defendia novas formas de participação e de valorização da Igreja Católica como força legitimadora do poder, enquanto instituição disciplinadora da sociedade e como defensora do caráter nacional e do processo civilizatório brasileiro.

Abstract

The stands of the Archbishop of Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa, and the defense of christian patriotism

The article analyzes the stands of D. Francisco de Aquino Corrêa, as archbishop of Cuiabá, about Brazil, especially the defense of christian patriotism. As one of the spokesmen of the brazilian church's hierarchy and Apostolic See, he achieved great projection and social influence between the decades of 1910s and 1940s. The empirical references are the speeches and pastoral letters from the period of 1920 to 1940. D. Aquino rethought and defended new forms of participation and appreciation of the Catholic Church as a legitimating force of power, a disciplinary institution of society and as a defender of the national character and the brazilian civilizing process.

Resumen

Las posiciones del Arzobispo de Cuiabá, Don Francisco de Aquino Corrêa, y la defensa de patriotismo Cristiano

El artículo analiza las posiciones de Don Francisco de Aquino Corrêa, arzobispo de Cuiabá, sobre el Brasil y la su defensa del patriotismo cristiano. Como uno de los portavoces de la jerarquía eclesiástica y la Santa Sede, ganó gran proyección e influencia social entre las décadas de 1910 y 1940. Las referencias empíricas son los discursos y cartas pastorales del período de 1920 a 1940. D. Aquino defendió nuevas formas de participación y reconocimiento de la Iglesia Católica como una fuerza de legitimación del poder, en tanto que institución disciplinaria de la sociedad y como defensor del carácter nacional y de la civilización brasileña.

O artigo analisa os posicionamentos de D. Francisco de Aquino Corrêa, bispo e, após 1922, arcebispo de Cuiabá, sobre o *patriotismo cristão* e o culto ao panteão cívico brasileiro, sobretudo aos que eram católicos. D. Aquino, entre as décadas de 1910 e 1940, tornou-se uma figura de proeminência em nível nacional ao conquistar grande influência social e política, assim como foi um dos porta-vozes do conservadorismo em voga no Brasil desde a década de 1920, das posturas e das reivindicações da hierarquia eclesiástica brasileira e da Santa Sé.¹

Nascido em 2 de abril de 1885, em Cuiabá, iniciou seus estudos no Seminário da Conceição e, posteriormente, estudou no Liceu Salesiano São Gonçalo. Em 1902, com 17 anos, ingressou na Congregação Salesiana e prosseguiu seus estudos no Noviciado Salesiano do Coxipó da Ponte. Em 1904, submeteu-se ao Exame de Madureza, sendo aprovado, e foi enviado a Roma, onde estudou Filosofia na Academia de São Tomáz Angelicum e Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana. Em ambas foi titulado doutor, com o distintivo *Summa Sum Laude*. Em 17 de janeiro de 1909, foi ordenado padre em Roma e, em 1910, retornou para Mato Grosso e tornou-se professor no Liceu Salesiano São Gonçalo. Posteriormente, em 2 de abril de 1914, o Papa Pio X o elevou à dignidade episcopal, como bispo de Prusiade e auxiliar de D. Carlos Luiz D'Amour. Segundo o Núncio Apostólico Giuseppe Aversa, suas qualidades intelectuais e morais eram excepcionais, apesar da pouca idade². A arquidiocese de Cuiabá tinha o arcebispo mais velho do Brasil, D. Carlos, com 78 anos, e o bispo mais jovem do mundo, D. Aquino, com 29 anos.

Em 1917, com a renúncia do bispo de Corumbá, D. Cirilo de Paula Freitas, D. Aquino

foi nomeado administrador apostólico. Porém, com a intervenção do presidente Venceslau Brás em Mato Grosso, em 10 de janeiro de 1917, foi realizado um acordo de conciliação com os partidos políticos locais – o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG), dirigido por Pedro Celestino Correia da Costa, e o Partido Republicano Conservador (PRC), liderado pelo senador Antônio Azeredo, o qual foi indicado para ser governador. A Santa Sé anuiu e D. Aquino foi exonerado dos cargos de administrador apostólico de Corumbá e de auxiliar de D. Carlos. Apesar da forte oposição que enfrentou, conseguiu – ao contrário dos seus antecessores – concluir o mandato (1918-1922) e estabeleceu um acordo de paz entre os partidos políticos. Como governador investiu em sucessivos empreendimentos culturais e criou duas instituições para redefinir a identidade regional: o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), em 1919, e o Centro Matogrossense de Letras³, em 1921, das quais se tornou sócio fundador, o que permitiu que ele se consolidasse como orador, historiador e poeta. Sua poética tinha inspiração no romantismo e estava associada à construção da identidade, cujos alicerces eram a defesa da pátria e da pureza nacional. Ele privilegiava temáticas de exaltação à terra, à natureza, às tradições, à língua, à história, ao catolicismo e ao panteão cívico.

Com o falecimento de D. Carlos, em 9 de julho de 1921, D. Aquino foi nomeado arcebispo de Cuiabá, assumindo o posto no dia 16 de abril de 1922. Entre as virtudes destacadas pelo Núncio Apostólico Enrico Gasparri, estava o seu “espírito patriótico”, qualidade importante no contexto da ofensiva católica de aproximação com o regime republicano e de cristianização da

¹ Entre intelectuais que representavam o pensamento conservador, estão Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo do Amaral, Jackson de Figueiredo, entre outros.

² Arquivo Secreto do Vaticano, Índice 1153, Arquivo da Nunciatura Brasileira, Pasta 171, Fascículo 931.

³ Em 1932, passou a denominar-se Academia Mato-Grossense de Letras.

sociedade brasileira⁴. Sua gestão como arcebispo durou 34 anos, entre os anos de 1922 e 1956.

D. Aquino, entre 1920 e 1945, ficou conhecido nacionalmente como orador, poeta e escritor, tendo sido eleito, em 1926, para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tornou-se também um dos mais destacados intérpretes da hierarquia eclesiástica quando discursou em estádios, em festas, em praças, em catedrais, em estádios, em rádios, em congressos eucarísticos, em reuniões e formaturas, em missas campais, em prefeituras, em romarias e na inauguração de um hipódromo. Também representou o governo brasileiro em diferentes ocasiões, inclusive em Genebra. Posteriormente, devido à sua vinculação com Getúlio Vargas e do constante apoio às suas políticas, acabaram por colocá-lo no ostracismo na década de 1950. Porém, em Mato Grosso, continuou a ser respeitado e seus discursos, de inspiração romântica, continuaram a ter seguidores.

D. Aquino estava comprometido com o projeto de reordenamento da sociedade brasileira, visando solucionar o que interpretavam como crise moral, econômica e política na qual o Brasil se encontrava, sobretudo o laicismo do Estado, que não reconhecia a catolicidade da maioria da população brasileira. A ofensiva católica pretendia superar a crise política, moral e cívica e regenerar o Brasil e o regime republicano por meio da reintrodução de Deus na política e na sociedade, e por meio da união dos brasileiros em torno do comum, a favor do progresso espiritual e material.

Seus discursos eram de teor conservador e buscavam orientar e mobilizar a população na defesa da Igreja Católica, embora se mostrasse preocupado apenas com os valores universais. O conservadorismo de D. Aquino tinha várias matrizes, entre elas os postulados da Santa Sé e do Movimento de Restauração da Sociedade

Nacional em Cristo, conhecido como Idade Nova ou Neocristandade, liderado por D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, que pretendia superar as crises da civilização burguesa e regenerar o Brasil, a política e o Estado por meio da religião. A estratégia para alcançar esse fim seria a mobilização dos católicos por meio da Ação Católica e da Liga Eleitoral Católica, ou seja: a transformação da relação entre a hierarquia eclesiástica e os católicos, aproximando-os na defesa dos interesses religiosos.

Outra matriz conservadora era o corporativismo, defendido como uma “terceira via”, em contraposição ao socialismo, ao comunismo, à democracia e ao capitalismo liberal, tendo sido defendido nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891), por Leão XIII, e no *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI. A sociedade era concebida como um todo orgânico, sendo ele o Estado, a Nação, a Igreja Católica, nele integrando o indivíduo, que deveria obedecer às autoridades e colaborar para que houvesse o equilíbrio e a harmonia absolutos. O Estado era concebido como uma instituição perfeita, pois sua criação transcendia a ação humana e a sua função era garantir os direitos divinos e humanos. Nessas concepções conservadoras e autoritárias, não haveria espaços para a democracia e para os movimentos sociais (ROMANO, 1981).

Os posicionamentos de D. Aquino e da hierarquia eclesiástica brasileira

A partir da década de 1920, ocorreram importantes transformações em nível internacional, tais como a Revolução Bolchevique, a ascensão do fascismo e do nazismo e a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a sociedade brasileira passava por inúmeras transformações sociais, entre elas a pluralização crescente do campo religioso, a

⁴ Archivo Secreto do Vaticano, Indice 1289, Congregazione Consistoriale, Positiones, Brasile 1, dal 678/1910 al 503/1921. Prot. N. 16/1914 Cerca: Provista di alcune sedi, 22 Gennaio 1914, p. 20-26.

urbanização, a industrialização, o esgotamento do modelo agroexportador, o crescimento dos movimentos sociais e operário (entre eles o Bloco Operário e Camponês), a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil, o Tenentismo e a crise de legitimidade do regime republicano na década de 1920, o golpe de 1930, a institucionalização do Estado Novo, o suicídio de Getúlio Vargas e o processo de redemocratização.

Diante de um cenário interpretado como de *crise social*, de anarquia, de ameaça ao princípio de autoridade e das bases da nacionalidade, a hierarquia eclesiástica procurou aproximar-se ainda mais do Estado, a fim de ampliar sua presença e sua participação na sociedade e pleitear o reconhecimento dos seus princípios. Foram centrais neste processo de ofensiva católica as lideranças de D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti⁵, D. Sebastião Leme⁶, D. João Batista Becker⁷ e D. Aquino, entre outros arcebispos, e de uma elite intelectual leiga, destacando-se Jackson de Figueiredo e, posteriormente, Alceu Amoroso Lima. Para Leme, o Brasil estava sendo dirigido por uma minoria positivista e maçônica, apesar de a maioria da população ser católica. A Constituição era vista como agnóstica, por cultivar a neutralidade religiosa e por afastar a educação, a política e economia da ordem religiosa. Para mudar esse cenário os católicos deveriam mostrar sua visibilidade para sensibilizar os governantes por meio da mobilização dos católicos a fim de influenciar as decisões políticas e cristianizar a legislação, o

Estado e as instituições. Tratava-se de firmar a importância da Igreja frente ao Estado e à sociedade civil através da cristianização social apoiado nas alianças com o Estado e elites. Entre as metas estavam a cooperação entre o Estado e a Igreja Católica, a legalização do ensino religioso nas escolas públicas, a moralização da gestão pública, a não legalização do divórcio e o combate ao comunismo e ao Estado agnóstico.

As diversas crises do regime republicano favoreceram a aproximação da hierarquia eclesiástica e da Santa Sé com o poder e permitiu a realização de inúmeras alianças. Em 1917, por exemplo, Venceslau Brás, ao nomear D. Aquino como presidente de Mato Grosso, prestigiou a Igreja Católica e demonstrou a união e a colaboração entre a Igreja e o Estado (CORREIA, 1985b, p. 136). Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa foi apoiado por D. Leme contra a ameaça dos tenentes. Nas comemorações do jubileu de ouro da ordenação sacerdotal do Cardeal Arcoverde, o presidente Artur Bernardes, seu vice e ministros compareceram às festividades. Após a notícia da renúncia de Washington Luís, o arcebispo D. Leme apoiou e abençoou Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, numa missa campal pela paz e posteriormente o visitou. Vargas, por sua vez, retribuiu o apoio e a visita no dia seguinte a sua posse, manifestando, dessa forma, a orientação política do seu governo em relação a Igreja. Enfim, são inúmeros os exemplos de consagração do poder e da autoridade, dando provas inequívocas de apoio da Igreja Católica ao Estado e às Forças Armadas. Entre elas, as

⁵ D. Joaquim Arcoverde foi nomeado bispo de Goiás em 1890, pelo Papa Leão XIII, mas renunciou ao cargo no dia seguinte a sagração. Em 1892 foi nomeado bispo auxiliar de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, arcebispo de São Paulo, e, em 1894, tornou-se bispo de São Paulo. Em 1897 foi nomeado arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 18 de abril de 1930, quando faleceu. Em 1905 foi elevado pelo Papa Pio X ao título e dignidade de Cardeal, o primeiro da América Latina.

⁶ D. Sebastião foi arcebispo de Olinda e Recife (1916-1921), arcebispo-coadjutor no Rio de Janeiro (1921-1930) e cardeal arcebispo no Rio de Janeiro até 1942.

⁷ D. João Becker foi nomeado bispo de Santa Catarina em 1908 e, em 1912, foi transferido para a Arquidiocese de Porto Alegre e a administrou até 1946, quando faleceu. Becker publicou 34 cartas pastorais, além de livros com sermões, ensaios e relatos de viagens.

missas de ação de graças para celebrar a vitória nas eleições dos presidentes, as visitas dos Núncios Apostólicos ou dos Encarregados dos Negócios da Santa Sé no Brasil aos presidentes eleitos (quando era entregue uma benção apostólica assinada pelo Papa), assim como a presença de autoridades religiosas nas aparições públicas dos presidentes da república⁸.

Para D. Aquino, a posse de Vargas marcou o fim de um período de trevas e foi o resultado da intervenção da providência divina a fim de salvar o país e reintroduzir Deus na sociedade. A vitória reacendia a “esperança patriótica” de irradiar-se no Brasil o espiritualismo religioso ao ser extinto o “Estado leigo e ateu” (CORRÊA, 1985b. p. 150, 145). A “revolução triunfante” de Vargas representava o fim de três “males capitais”: o “enfraquecimento do princípio de autoridade, a carência de lei constitucional e a infiltração comunista” (CORRÊA, 1985b. p. 129-130). Abolir a Constituição de 1889 representava o fim de uma “afronta a Deus e à Pátria”, pois não reconhecia que a maioria da população brasileira era católica, sendo necessário reafirmar essa proeminência na legislação e na vida pública. (CORRÊA, 1985b. p. 132). O Governo Provisório, ao permitir o ensino religioso nas escolas públicas, por meio do decreto de 30 de abril de 1931, confirmava a união entre os poderes espiritual e temporal ao promover uma “revolução espiritual” a fim de salvar o Brasil. O ensino religioso seria um meio de defender o país de tudo que o pudesse ameaçar a sua integridade (CORRÊA, 1985b. p. 136, 145). Como decorrência, a Igreja Católica apresentava-se como colaboradora do Estado para defender os valores nacionais, para garantir a coesão da sociedade e para combater os inimigos.

D. Aquino defendia que a missão patriótica, espiritualista, regeneradora e de reconstrução política de Vargas iria “salvar o

país” e tinha de ser apoiada pelos católicos. Opor-se a ela significava ser impatriótico, pois significaria defender a “anarquia comunista” (CORRÊA, 1985b. p. 146-150, 156). A Constituição de 1934 era saudada como instituidora de uma nova situação política da religião, que orientaria os destinos nacionais (CORRÊA, 1985b. p. 154). Com a instalação do Estado Novo, em 1937, não houve nenhuma reação da hierarquia eclesiástica, evidenciando o apoio a Vargas e a colaboração entre os dois poderes. Na Carta Pastoral Coletiva, publicada por ocasião do Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, em 1939, a hierarquia eclesiástica exortava os fiéis a serem patriotas e a obedecerem às autoridades civis, contribuindo assim para a “reconstrução de um Brasil melhor” (BEOZZO, 1984, p. 325).

Em 1937, a carta pastoral *Deus e pátria*, de D. Aquino, justificava a instalação do Estado Novo e manifestava um otimismo com relação a Getúlio Vargas, pois ele iria irradiar o “espiritualismo religioso no Brasil” (CORRÊA, 1985b, p. 129-130). Vargas superaria a crise social, cívica e moral e reconstruiria a política a partir da valorização dos preceitos católicos, pois apenas “a religião [era] a única força capaz de salvar ao Brasil”, prevenindo e afastando os males que a ameaçavam (CORRÊA, 1985b, p. 154). A reconstrução nacional teria como alicerces o patriotismo e o catolicismo e seria baseada na ordem, na disciplina, na harmonia social, na colaboração entre as classes sociais e no nacionalismo, a fim de garantir a prosperidade do país.

D. Aquino considerava Getúlio Vargas apto para programar as reformas reivindicadas pela hierarquia eclesiástica e para sanear e moralizar a gestão pública, moralizar a sociedade e regenerar os costumes políticos. A “Marcha para o Oeste” foi apoiada e interpretada como

⁸ Archivo Secreto do Vaticano, Índici 1277, Congregazione Concistorial, Ponenze, 1916-54, p. 4.

uma nova versão do bandeirismo⁹. O seu conteúdo mítico, religioso e conservador era visto como forma de realização das aspirações católicas. A missão patriótica era direcionada aos católicos para que migrassem para o oeste a fim de nacionalizá-lo, regenerá-lo e cristianizá-lo; pois, como a terra prometida, necessitava cumprir os desígnios divinos de se tornar celeiro agrícola e vocacional. Os ideais nacionalistas e apostólicos desses discursos continham dispositivos emotivos e mobilizadores, pois mobilizavam o imaginário do paraíso terrestre e que todos poderiam participar da política e dos destinos nacionais.

A hierarquia eclesiástica procurava demonstrar às elites a sua força mobilizadora e a sua influência na sociedade por meio da orientação do eleitorado católico e de grandes manifestações públicas que afirmavam a recristianização do país e procuravam manter os privilégios e a supremacia no catolicismo, tais como os Congressos Eucarísticos, a inauguração do Cristo Redentor no Corcovado e a proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, a reintrodução dos crucifixos nos tribunais, a difusão da Ação Católica (a partir de 1935), entre outras iniciativas. A Igreja Católica evidenciava, dessa forma, que tinha prestígio para orientar o povo no respeito à ordem e às autoridades, que, segundo a doutrina católica, eram instituídas por Deus. O poder civil seria representado pelo Governo do Estado e o poder eclesiástico pelo Papa, pelos bispos e pelo clero, a quem cabia o protagonismo, e aos leigos cabia a obediência e a colaboração.

D. Aquino e a defesa da ordem social e do patriotismo cristão

A salvação do Brasil, dos brasileiros e da humanidade não estava dissociada das questões temporais, sobretudo a aproximação da Igreja

Católica com o Estado e a defesa da colaboração entre os dois poderes. D. Aquino defendia que os valores católicos, ao difundirem-se por toda a sociedade, superariam a crise política, social e moral, o “desgoverno e o despotismo” e fortaleceriam a ordem social e a tranquilidade pública ao aperfeiçoarem as leis, a fim de combater “as sociedades condenadas” ou “excomungadas” pela Igreja, tais como o protestantismo, o espiritismo, a maçonaria, além do comunismo, do socialismo, do materialismo, da secularização e do ateísmo (CORRÊA, 1985c, p. 200-201). O Estado, por sua vez, deveria defender a Igreja Católica, representada como um dos “fundamentos da sociedade” e o “maior baluarte do Estado” (CORRÊA, 1985b, p. 137-143). A colaboração entre as classes sociais, a “revolução espiritual” e um voltar-se à realidade nacional seriam uma saída viável e salvariam o país dos seus inimigos. (CORRÊA, 1985b, p. 143).

A ofensiva para a afirmação dos princípios católicos vinha acompanhada da defesa da fé, do patriotismo e do nacionalismo, confundindo os interesses da Igreja Católica com os do Estado. Para D. Aquino, ter uma pátria era uma das condições básicas para a felicidade dos indivíduos, pois os homens nasciam para “viver em sociedade, como [cidadãos] de uma Pátria” e trabalhar pelo seu engrandecimento, acima dos interesses individuais, contribuía para a felicidade de todos (CORRÊA, 1919b, p. 4). Essa política do desprendimento levava, obrigatoriamente, à priorização do país e à colaboração de todos os cidadãos numa comunhão de interesses entre todas as classes sociais com os governantes, a fim de manter a integridade nacional e uma atitude vigilante contra tudo que pudesse ameaçá-la.

Para D. Aquino (1985l, p. 254-255), as instituições mais importantes da sociedade eram

⁹ D. Aquino reivindicava uma intervenção mais ampla do governo federal na economia mato-grossense, tais como a ampliação do crédito à agricultura, à pecuária (com moratória para as dívidas dos pecuaristas) e o incentivo à instalação de frigoríficos.

a Igreja Católica e o Estado, que deveriam estar unidos como condição para manter a ordem social e moral, numa relação de corresponsabilidade. O Estado cuidaria da organização econômica e política, enquanto a Igreja cuidaria das questões morais, espirituais e do campo social, vistas como mais importantes, pois se sobrepunham aos demais. O poder civil seria representado pelo Governo do Estado e o poder eclesiástico pelo Papa, pelos bispos e pelo clero, a quem cabia o protagonismo, sendo que aos leigos cabia a obediência e a colaboração.

A Igreja Católica, como uma sociedade perfeita em sua organização, possuía total independência e a autonomia frente ao Estado, pois a Igreja Católica seria superior ao Estado, pelas suas origens e fins, pois o poder provinha de Deus e as leis criadas pelo homem não poderiam contrariar as divinas. O poder que consagrava o governante era divino, a infalibilidade era restrita ao Papa e as demais autoridades eram falíveis e proclives ao erro. Apesar disso, era dever de todas as instituições e dos indivíduos respeitar, obedecer e colaborar com as autoridades, contribuindo para seu aperfeiçoamento e para o engrandecimento do país. A “verdadeira política” era herdeira da “razão e da moral” e deveria estar fundamentada no bem público e no princípio de autoridade, assegurando a prosperidade do país. A crítica e a oposição sistemática ou a lisonja áulica desorientavam o governo e desserviam a causa pública ao atender interesses individuais ou partidários, menosprezando os coletivos (CORRÊA, 1985l, p. 254-255).

D. Aquino explicava o apoio a Getúlio Vargas à luz do Evangelho, de Aristóteles, de São Tomás de Aquino, das posturas da Santa Sé e da doutrina católica o dever dos católicos de serem obedientes às autoridades, de orarem pelo Brasil, de trabalharem para seu desenvolvimento e de sacrificarem suas vidas para defender a sua soberania. O Evangelho não excluía o patriotismo, mas o impunha, de forma clara e imperiosa, o “dever de amarmos, servirmos e

defendermos até o sangue, a nossa Pátria” (CORRÊA, 1919b, p. 4). Defendia, dessa forma, que a Igreja Católica aperfeiçoava o conceito de patriotismo ao aproximá-lo da ideia de Deus. O amor à pátria era “racional e humano” e a religião o elevava e aperfeiçoava ao docilizar os afetos e os sentimentos ao associá-lo à grandeza de Deus e de que tudo era um revérbero da sua infinita majestade.

A pátria seria um “novo éden”, onde Deus geria seus destinos e teria colocado o homem não para gozá-la, mas para defendê-la e para transformá-la por meio do trabalho honesto e de uma vida regrada e devotada à salvação da alma e ao engrandecimento do país. Assim, o paraíso terrestre seria o prelúdio do celeste, transfigurando a pátria terrena na celestial e eterna, o “divino prêmio” aos indivíduos que cumprissem com seus deveres e se sacrificassem pela coletividade (CORRÊA, 1985a, p. 33). A crença na pátria melhor e imortal confortava e permitia que os indivíduos superarem essas situações desfavoráveis e as longas renúncias no cumprimento dos deveres. A fraternidade universal defendida era o amor a todas as nações, vistas como criações e dádivas de Deus, porém com a predileção daquele de nascimento por escolha divina (CORRÊA, 1985a, p. 35-36).

O patriotismo cristão pretendia transformar a sociedade ao despertar e aprimorar sentimentos de deveres para com o país a fim de que os católicos fossem “verdadeiramente [cristãos]” e dignos do Brasil (CORRÊA, 1985a, p. 32). O patriotismo foi definido como o “amor à Pátria, mas um amor tão inato, tão puro, tão santo, que se funde ao amor devido aos pais e ao próprio Deus”. A pátria foi representada como uma mãe fecunda e augusta e poderia ser amada e adorada por meio de seus patrimônios, tais como a natureza, as potencialidades econômicas, as tradições, a língua, a história, a geografia, enfim o seu poder e a sua soberania (CORRÊA, 1985a, p. 33).

Entre os princípios do patriotismo cristão estavam: o respeito às autoridades – pois

todo o poder provinha de Deus e quem resistia aos governantes ou aos superiores hierárquicos resistia ao próprio Deus; as observações das leis, que eram de emanção da soberania divina; trabalhar pela prosperidade do país; defender a pátria com a própria vida, se fosse necessário; o dever de orar pela pátria e de orgulhar-se dela; o dever de honrar o seu país, de aprimorar-se e de cultivar valores como o dever e a honra, entre outros (CORRÊA, 1985a, p. 35-36). A população, unida em torno dos ideais de fé e patriotismo, deveria apoiar e solidarizar-se com os governantes assegurando a grandeza e a prosperidade do país (CORRÊA, 1985h, p. 187).

D. Aquino distinguia patriotismo do nacionalismo, o qual era criticado por seus “exageros” que conduziam às guerras, aos holocaustos, às intolerâncias, aos preconceitos e à “fraternidade universal”, que diluía os estados nacionais numa única coletividade (CORRÊA, 1985a, p. 35-36; 1926b, p. 43). O patriotismo, ao contrário, gerava outros sentimentos como o civismo, o qual tornava os indivíduos cômicos dos seus deveres para o Estado e com o país, pois cada indivíduo era uma parcela do patrimônio nacional.

O ideal do patriotismo seria a defesa da soberania e da prosperidade do país e, para isso, o patriota deveria sobrepor os interesses coletivos aos particulares. Os brasileiros, para serem dignos do Brasil, deveriam dedicar-se à pátria e a Deus e contribuir durante toda a sua vida para engrandecer e honrar a pátria (CORRÊA, 1985g, p. 144-145; 1985l, p. 252). Como decorrência, deveria se autovalorizar física, moral e intelectualmente (CORRÊA, 1985a, p. 35-36). Um indivíduo que se negava a contribuir ou a defender as tradições herdadas dos antepassados tornava-se num inimigo do Brasil (CORRÊA, 1985e, p. 59). Assim, por exemplo, os brasileiros que não professavam o catolicismo negavam os fundamentos da Nação, seu caráter e sua identidade.

Segundo D. Aquino, o catolicismo deveria ser a base da ordem social e deveria ser

o baluarte inexpugnável do Brasil, independente do regime de governo que fosse adotado. Segundo D. Aquino, a “doutrina católica [...] não faz questão de formas políticas: sede democratas, sede totalitários, sede militaristas, sede o que quiserdes: basta que, antes de tudo, sejais cristãos, e acima de tudo, coloquais o culto, que a Deus se deve” (CORRÊA, 1985m, p. 246). A Segunda Guerra Mundial, as epidemias e as fomes seriam decorrências de castigos divinos às sociedades acatólicas que prescindiram da religião católica (CORRÊA, 1985m, p. 245-246).

O Estado e as demais instituições da sociedade também tinham o dever de defender a Igreja Católica, pois combater “os princípios católicos [era] atacar a própria consciência da Nação” e defendê-los eram fortalecê-los, assegurar ao país a preservação do caráter nacional (CORRÊA, 1985l, p. 251). D. Aquino associava, dessa forma, fé, patriotismo e brasilidade com catolicidade. A hierarquia eclesástica, da qual D. Aquino era um dos porta-vozes, defendia representações identitárias, históricas e da população brasileira cristã, ou seja, defendia que os marcos fundadores e civilizadores, que forjaram a Nação, era o catolicismo (CORRÊA, 1985b, p. 143). Essa representação reforçava a imagem de que o país nasceu sob o signo da cruz, por herança cultural portuguesa (CARTA PASTORAL..., 1922, p. 3-4).

No Congresso Eucarístico, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1922, D. Aquino exortou que Independência ou morte tinha sido o grito do Ipiranga e que o novo lema no contexto das comemorações do centenário eram Cristo ou morte. Apelava também para que todos defendessem as “nossas convicções de cristãos e brasileiros”, ou seja, “o Brasil, sempre com Deus”. O catolicismo era a religião dos antepassados, o melhor legado às novas gerações, elemento mantenedor da ordem, do progresso, porque disciplinava e moralizava o homem e a sociedade (CORRÊA, 1985, p. 189). Uma sociedade sem Deus estaria condenada ao

caos, à desordem, às crises sociais e políticas, à demagogia, à anomia e à subversão. Apenas com a união entre Deus e Pátria haveria soberania, ordem, verdade, paz, liberdade, civilização, progresso e a obediência às autoridades (CORRÊA, 1985, p. 188-189; 1985b, p. 156). D. Aquino defendia o lema “Viva o Brasil, sempre com Deus!” (CORRÊA, 1985h, p. 189). A inauguração do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, em 1931, por exemplo, simbolizava essa consagração do Brasil a Jesus Cristo.

Segundo D. Aquino, os principais inimigos do Brasil provinham do exterior e seriam ameaças à soberania nacional e à ordem social. Seguir essas opções ideológicas e religiosas era negar a brasilidade e colocar em tradições herdadas dos antepassados, assim como a continuidade da ordem e da disciplina, elementos considerados ponderáveis ao progresso e à liberdade (CORRÊA 1926b, p. 38). Os principais e terríveis inimigos do Brasil foram classificados para melhor combatê-los. Eram o materialismo, o modernismo, o ateísmo, o laicismo, a maçonaria, a secularização e as trocas interculturais supranacionais. Esses males eram combatidos por negarem Deus e solaparem os alicerces da sociedade ao destruírem o direito, a religião católica, as instituições, o Estado e a ordem social (CORRÊA, 1933, p. 89). O protestantismo e o espiritismo eram considerados seitas intrusas que se infiltravam e corrompiam o caráter nacional. Como decorrência, “toda e qualquer religião, que não a catholica, é estrangeira no Brasil e estranha á nossa nacionalidade” (CORRÊA 1926a, p. 40). Diante da crescente pluralização, diversificação e competição do campo religioso, D. Aquino procurava defender os interesses da Igreja Católica, a fim de manter a posição já conquistada de maior igreja do Brasil e garantir sua expansão, legitimidade e reconhecimento social.

A partir dos anos 1930, novos inimigos foram acrescentados: o comunismo, o socialismo, o anarquismo e os movimentos

sociais. A encíclica *Quadragesimo Anno* de Pio XI, publicada em 1931, deu continuidade às críticas aos movimentos sociais europeus e à proliferação de partidos socialistas presentes na encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, estruturando, dessa forma, uma cultura social católica. A encíclica, em seus doze parágrafos, abordava os males do comunismo e do socialismo à fé cristã, sendo considerados indesejáveis por pregarem o fim da propriedade privada e de Deus, por fomentar a desarmonia entre as classes sociais e o ódio à Igreja Católica. Na encíclica *Divinis Redemptoris*, o Papa Pio XI condenava o comunismo, qualificando-o como o novo mal, uma nova barbárie que ameaçava a humanidade, a ordem social e a civilização cristã por ser ateu e de inspiração satânica. O comunismo seria a negação de Deus, da religião, do Estado, da Pátria e da família, bases da sociedade, e da ordem social. O comunismo, ao não admitir o direito de propriedade e não admitir a família, o Estado e Deus, tinha como ideal “o nada” e representava o aniquilamento de toda a ordem social existente. Era a negação da religião e de Deus e por isso os ateus perseguiram os católicos utilizando-se da difamação, das falsas promessas e da mentira (CORRÊA, 1985b, p. 89).

Para D. Aquino, havia uma infiltração comunista em todos os setores da sociedade brasileira, aspecto que representava um risco à nacionalidade, ao princípio de autoridade e à ordem social. O internacionalismo marxista, como movimento organizado e dirigido em nível mundial pelo Partido Comunista Russo, seria uma negação do patriotismo e dos laços de amor e de identificação dos cidadãos com o país. Esses sentimentos, acrescidos dos ideais cristãos, eram considerados os dos mais nobres de uma sociedade e deveriam ser preservados. A luta de classes e o internacionalismo constituíam, dessa forma, ameaças à integridade da Pátria ao transformar o amor em ódio e violência (CORRÊA, 1933, p. 89). Como decorrência, todos deveriam empenhar-se em reprimir a

presença comunista por meio de uma cruzada patriótica para salvar o país, a qual deveria envolver o Estado, as instituições e a toda a sociedade.

Para nomear e classificar os inimigos da sociedade brasileira e da Igreja Católica, não era necessário conhecê-los ocularmente: isso se dava a partir de uma observação à distância, sempre superficial, negativa, confinando-os ao exógeno, ao erro, à negação das tradições nacionais e à inspiração diabólica¹⁰. As representações detratoras dos concorrentes religiosos e ideológicos revelavam a construção do *outro* que negava o *nós*, que justificava e que dava sentido à ofensiva da hierarquia da Igreja e do Estado, transformada numa luta de todos os brasileiros. A produção de identidades e de alteridades era uma estratégia crucial para criar uma comunidade de fiéis e de destino, unidos sob as muralhas protetoras da Igreja Católica contra a imprevisibilidade das crises sociais, do desconhecido, da barbárie, do caos, do incontrolável e sobre os inimigos infiéis e heréticos que ocultamente agiam sob a liderança do Satanás. A Igreja Católica oferecia a segurança, a paz e a prosperidade num tempo representado como conturbado e próximo do fim.

D. Aquino propunha combater os inimigos por meio do reconhecimento da tradição cristã por parte do Estado e da instauração de uma ordem social corporativa, a qual seria de representação de interesses organizados que se fundamentava na necessidade de união de todos os membros da sociedade num todo orgânico, sendo que cada parte deveria desempenhar o seu papel para o bom funcionamento e para o aperfeiçoamento do todo. A unidade deveria ser plena, tanto de disciplina quanto de espírito. Ademais, seguindo o princípio de autoridade e as necessidades do corpo social, os católicos deveriam orientar-se e

obedecer às autoridades civis e eclesiásticas, de forma que fossem combatidos, os individualismos, as liberdades, as ações autônomas e os particularismos. As diferentes partes da sociedade deveriam estar subordinadas ao todo, ou seja, à Igreja Católica e ao Estado. O combate aos movimentos sociais e às lutas dos trabalhadores uniam, nesse contexto, a Igreja Católica, o Estado e as elites.

A defesa do Estado Ético-Corporativo e as críticas ao comunismo justificavam-se pelas concepções antagônicas entre ambos os projetos, visto que para os comunistas a sociedade era composta por classes sociais distintas e que estavam num processo contínuo de lutas. Sua base era, para D. Aquino, o materialismo, o individualismo, o antiespiritualismo, o antifamilismo, a luta de classes, a defesa da liberdade e o internacionalismo, sendo todos eles incompatíveis com a colaboração entre as classes sociais e com os princípios propostos pelo corporativismo. A organização da economia, da política e da sociedade, com vistas à justiça, à ordem, ao progresso e à paz, exigia a superação dos ideais liberais, sobretudo do individualismo.

A liberdade não seria conquistada pelo comunismo ou pelo socialismo, mas apenas em Deus. Assim, como não haveria paz, democracia, civilização, progresso, nem soberania, pois era a única religião a garantir o aperfeiçoamento individual e o processo civilizatório, além de ser a única que poderia prevenir as crises sociais. A liberdade seria realizar o todo, aceitar a autoridade e a colaboração, exigindo dos indivíduos a solidariedade aos interesses coletivos e a sua articulação com o Estado e a Igreja Católica, despertando, dessa forma, sentimentos de responsabilidade política.

Os discursos e as pastorais de D. Aquino impeliavam todos os católicos à ação e à

¹⁰ Segundo Konder (1988), a recepção das ideias de Marx, no começo nos anos 1930, era desfavorável à compreensão crítica da dialética e do seu pensamento.

responsabilidade na defesa da Igreja Católica e do país e criticava a liberdade de culto estabelecida pelo regime republicano, o retorno do ensino religioso nas escolas públicas e reivindicava o lugar de religião oficial para o catolicismo. Para ele, os católicos deveriam mobilizar-se, numa missão salvadora e nacionalizadora, para defender – ao lado da Igreja – do Brasil do imperialismo norte-americano, que por meio da religião pretendia anexar territorialmente o país. Nesse contexto, a crítica se dirigia aos intelectuais e políticos considerados antinacionais, à influência francesa e norte-americana, ao positivismo, entre outros inimigos. Assim, a Igreja Católica reivindicava para si a salvação da soberania, da cultura brasileira e da nacionalidade, articulando-se com grupos sociais conservadores¹¹ e com o Estado (CORRÊA, 1926a).

O patriotismo e o culto ao panteão cívico católico

D. Aquino, diante das transformações da sociedade brasileira e do mundo, repensava e defendia novas formas de participação e de valorização da Igreja Católica como força legitimadora do poder e pelo controle que exercia na sociedade. Como religião nacional e como colaboradora do Estado, a Igreja Católica iria orientar a população, preservar a ordem social, difundir postulados éticos, morais e patrióticos e, para sanear e livrar a sociedade brasileira dos seus inimigos, realizar uma cruzada patriótica que exigia uma comunhão de interesses e ações. Como decorrência, o catolicismo seria o defensor da ordem social, do dever, da honra e da integridade e pureza dos costumes e das tradições. (CORRÊA, 1985l, p. 252-253).

O Exército era outra instituição valorizada por ser considerada defensora da soberania nacional e do processo civilizatório

brasileiro, sendo uma escola de civismo. Os valores e as normas disciplinares militares favoreciam o surgimento de indivíduos com qualidades superiores, dos quais muitos se tornavam heróis nacionais. As escolas e as universidades também eram valorizadas para instruir, educar para a vida religiosa, doméstica, profissional e cívica, ou seja, concidadãos cumpridores de seus deveres (CORRÊA, 1985b, p. 172).

Nesse contexto de defesa e valorização do patriotismo, D. Aquino preocupou-se em construir e reforçar o culto ao panteão cívico e em destacar a participação e a contribuição desses indivíduos no contexto da História do Brasil, representada como a “pátria comum”. Em inúmeros discursos, D. Aquino defendeu que havia pátrias que morriam, sobretudo quando seus concidadãos não conservaram nem celebravam as glórias do seu passado. Assim, era necessário preservar as tradições herdadas, rememorar a história e manter o culto aos heróis e aos seus feitos (CORRÊA, 1919b, p. 6). A elaboração de um martirológico mato-grossense e brasileiro, e a defesa das tradições (sobretudo do catolicismo), da língua portuguesa e da cultura nacional, objetivavam disseminar um conjunto de valores sociais e políticos, construir tradições, aspirações e interesses comuns, ou seja, construir identidades (CORRÊA, F., 1919a, p. 2).

Segundo D. Aquino, uma nação era construída a partir de dois princípios: o primeiro, a *alma*, seria resultado de um passado heroico e glorioso, construído por grandes homens; o segundo seria os sentimentos de que todos os indivíduos deveriam colaborar para o seu engrandecimento, como também deveriam morrer para preservar a sua soberania e as conquistas dos antepassados. A autodisciplina reforçava o combate ao individualismo e a importância da autodisciplina, do

¹¹ Tais como Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), Ação Integralista Brasileira (AIB), Forças Armadas, entre outros.

aprimoramento das virtudes morais, do dever cívico, da solidariedade e do recíproco auxílio entre as classes sociais. Como decorrência, as liberdades e as escolhas individuais deveriam ser limitadas a fim de favorecer o desenvolvimento, a ordem, a disciplina e a harmonia social do país. A defesa da centralização do poder no Estado, do reforço da vigilância e do controle sobre a sociedade e do autoritarismo foram justificadas, desde que resguardassem a catolicidade como marca distintiva do Brasil e as reivindicações da hierarquia eclesiástica.

D. Aquino defendia que a qualidade do caráter da população de um país, sobretudo das suas virtudes, condutas e moral, seriam a força e a garantia da defesa de um país, mais do que o potencial bélico; defendia também que uma crise de caráter determinava a sua ruína e decadência. Ou seja, não bastava para um país ser uma potência militar se a sua população não fosse moralizada, saudável e disciplinada. A riqueza das nações tinha como base a preservação dos seus costumes, das tradições e do seu caráter, que se constituía no seu mais “rico patrimônio”.

Os jovens, por exemplo, como “[esperanças] da Pátria” deveriam ter como ideal o esforço contínuo para se autodisciplinar visando à edificação do seu caráter, cujo alicerce seria o catolicismo e o patriotismo. No discurso *Sede Brasileiros*, proferido em 1924, defendia que os jovens, para serem dignos do país, não precisavam guiar exércitos, governar Estados, fundar cidades ou enriquecer, mas engrandecer uma porção dele, que era o seu corpo e sua mente, representados como um “patrimônio nacional”. Para tal, deveriam aprimorar-se constantemente e evitar o ócio, a libertinagem, o gozo dos sentidos, as “seduções” da ciência e as leituras impróprias que dissolviam e corrompiam “suas melhores energias”, que deveriam estar direcionadas à formação intelectual e moral. O patriotismo exigia renúncias no cumprimento dos deveres cívicos. O corpo e a mente como “[parcelas vivas] da Pátria” deveriam ser disciplinados para que o indivíduo fosse

saudável, laborioso, moralizado e perseverante. Entre os deveres cívicos dos brasileiros estava a professar o catolicismo e defender a Igreja Católica (CORRÊA, 1985g, p. 142-145).

Como decorrência, ser brasileiro e patriota era ser católico e, sobretudo, apostólico. Porém, para D. Aquino (1984a, p. 32), nem “todo o que grita: Pátria! Pátria! é bom patriota, tal como segundo a lição do Divino Mestre, nem todo o que clama: Senhor! Senhor! É bom cristão, apto para entrar no reino dos céus”. A pátria não seria um “novo éden”, pois o homem não estaria aqui para gozá-la, uma vez que tinha o dever cívico de trabalhar para engrandecê-la e defendê-la dos seus inimigos que ameaçavam sua existência (CORRÊA, 1985b, p. 134-135). Enfim, o patriotismo exigiria renúncias e um aperfeiçoamento constante dos indivíduos, pois como “parcela do patrimônio nacional”, deveriam se valorizar “física, intelectual e moralmente”. A aproximação entre patriotismo e Deus permitiria e consolidaria a redenção do país e o processo civilizatório e educacional da população (CORRÊA, 1984a, p. 32).

Para o arcebispo, as duas maiores virtudes de um indivíduo seriam a religião e o patriotismo, sendo o heroísmo a sua culminância, pois era hierarquicamente superior à genialidade, na medida em que o moral se sobrepunha ao intelectual. A religião e as virtudes morais eram consideradas mais importantes que as intelectuais. O heroísmo seria “a transcendência do homem para a divindade”, pois era “a máxima ascensão da alma humana para Deus” e, por isso, eram imortalizados pela Igreja Católica, a qual os canonizava, e pela Pátria, que os glorificava (CORRÊA, 1985d, p. 27). Porém, haveria diversos tipos heroísmos, com gradações diferentes, embora fossem subordinados uns aos outros da mesma forma que a Igreja e o Estado, como duas sociedades perfeitas, estavam entrelaçados em seus fins, sendo o da Igreja Católica a bem-aventurança eterna, e a conquista desse ideal seria o heroísmo religioso, enquanto

para o do Estado seria a ordem, a paz e a felicidade terrena e o heroísmo em prol desse ideal seria o cívico (CORRÊA, 1985d, p. 27). Assim, um herói da pátria também seria um herói da Igreja Católica, pois “Deus [era] o inspirador e futor de todos os heroísmos” (CORRÊA, 1985d, p. 28-29). Pátria e Deus seriam inseparáveis, pois a pátria era a “maior revelação da divindade” e separá-las seria materializar, irracionalizar e desacralizar, excluindo sua soberania, majestade, grandeza e perenidade (CORRÊA, 1985f, p. 101).

Outros cultos valorizados eram o da bandeira e dos símbolos nacionais pelos valores simbólicos que evocavam. A bandeira nacional, por exemplo, representava a pátria e sua catolicidade, sendo inspiradora de heroísmos, tais como o do Tenente Antonio João (CORRÊA, 1985q, p. 171). Assim, era um dever de todos os brasileiros cultuarem e honrarem a bandeira nacional por meio dos cumprimentos dos preceitos católicos, do respeito às autoridades constituídas, do trabalho e do estudo, da proteção da infância, da santificação das famílias e do sacrifício pessoal em sua defesa (CORRÊA, 1985q, p. 172).

Os heróis deveriam ser homenageados e celebrados pelas suas trajetórias de vida a fim de inspirar a coletividade brasileira. Para tal, em diferentes discursos, poemas e em cartas pastorais homenageou Luiz Alves de Lima e Silva, João Baptista das Neves, Carlos de Moraes Camisão, Jose Francisco Lopes, Antonio João Ribeiro e Joaquim Marques Lisboa. Esses se destacavam pela sua catolicidade e pelo seu patriotismo, ou seja, por serem defensores “duma Pátria cristã” e dispostos a servi-la e a sacrificar-se pelo dever cívico e para a sua glória (CORRÊA, 1985j, p. 66). A associação entre pátria e Deus, e a concepção de que a pátria era imortal, justificavam o sacrifício cívico. Esses mártires tinham as bênçãos da Igreja Católica e a sociedade, por sua vez, deveria celebrar e cultuá-los, evitando seu esquecimento. Entre as obrigações, estava a construção de panteões e

monumentos, que pelas suas dimensões monumentais simbolizavam e comprovavam a majestade de Deus (CORRÊA, 1985q, p. 171; 1985r, p. 225).

O martírio, definido como “o sofrimento e a morte por quem se ama”, ou seja, o “heroísmo do amor” seria a “síntese de todas as virtudes” e o maior dos heroísmos (CORRÊA, 1985d, p. 32, 34). Uma morte civicamente gloriosa deveria receber a “sagração e as lãureas da moral cristã” e era, por isso, tanto a Igreja como o Estado que glorificavam seus heróis e procuravam imortalizá-los investindo na sua glorificação: a Igreja Católica os canonizava e o Estado, por sua vez, os glorificava (CORRÊA, 1985d, p. 27-28). Porém, não bastava ter uma vida dedicada e honrada, pois a morte era o seu retrato. Esse momento final imprimia na memória de um homem sua condenação ou sua retratação. Quando gloriosa, poderia “iluminar a vida de um bandido” e, por outro lado, heroísmos não bastavam quando ela ocorresse de forma desonrosa. O ideal era que a morte consagrasse uma vida honrada dedicada à Igreja Católica e à Pátria. O herói era imortal, alcançando, dessa forma, seu “divino prêmio” (CORRÊA, 1985a, p. 33).

As mortes do Contra-Almirante João Batista das Neves e do Tenente Antonio João Ribeiro seriam exemplos de heroísmos decorrentes do “amor pátrio” que os consagravam como “mártires do Brasil”. Eles seriam “dois mártires autênticos e modelos de patriotismo”: o primeiro mártir da guerra e vítima de brasileiros “desnaturalizados”; o segundo, “mártir da revolta” e vítima de “armas estrangeiras”. A Colônia Militar de Dourados era a sentinela dos “nossos limites, em pleno deserto” e o Tenente Antonio João, diante da intimação de rendição, teria dito, inflado pela fé, pelo patriotismo e pela bravura, a frase que se tornou seu epitáfio: “Sei que morro, mas o meu sangue e dos meus companheiros servirão de protesto solene contra a invasão do solo da minha Pátria” (CORRÊA, 1985o, p. 32).

Segundo D. Aquino, “o reduto de Dourados foi silenciado, reduzidos [...] a tantos outros cadáveres”, porém eram de heróis que honraram a bandeira e o seu país. Assim, a derrota era aparente ao transformar-se numa vitória. O sacrifício pessoal em favor da pátria tornou o acontecimento uma das efemérides mais notáveis da história do Brasil e Antonio João um imortal da pátria a ser eternamente celebrado (CORRÊA, 1985q, p. 171).

Outro episódio valorizado foi a Retirada da Laguna, a fim de valorizar o sacrifício em favor da Pátria, seguido de morte. Camisão e Lopes teriam protagonizado episódios considerados “memoráveis”, pois apesar de serem derrotados teriam “salvos os canhões e as bandeiras da Pátria”, tornando gloriosa a catástrofe. O Guia Lopes foi celebrado por conduzir em segurança a Coluna Expedicionária e, em seus últimos minutos de vida, avistou sua propriedade, a qual nunca chegaria, mas que representava a salvação dos sobreviventes daquela marcha. Como herói, Guia Lopes era celebrado pela sua abnegação, seguida do sacrifício pessoal e da morte em favor do Brasil. Camisão, por sua vez, sempre estava preocupado com os deveres cívicos com o país, mesmo nos últimos segundos de vida, quando ordenou que alcançassem sua espada e revólver e que a coluna prosseguisse. Após, teria murmurado: “- Vou descansar...” E descansou, nos braços da Pátria e da Glória!” (CORRÊA, 1985o, p. 33).

No discurso de inauguração do monumento Aos Heróis de Laguna e de Dourados, no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1941, quando os restos mortais foram inumados, salientou o reconhecimento do Estado, da Igreja Católica e da sociedade civil aos “mártires do patriotismo” e da brasilidade. Camisão era o “mártir do dever”, Lopes o “espectro venerando” e Antonio João, a “flor de bravura altiva” e “síntese de uma epopéia”. Juntos representavam a “Vitória do Ideal, sagrando a espada” e ao morrerem pela pátria, “[voaram] para Deus” (CORRÊA, 1985o, p. 35-

36). O sangue derramado desses mártires purificava e reabilitava o país e os transformavam em heróis e mártires. Os ideais *Melius est nos mori... quam videre mala gentis nostrae!* (Antes a morte do que a desonra da Pátria) encontravam em Neves e Antonio João exemplos, mas também a esperanças que recaíam às gerações futuras que deveriam se espelhar (CORRÊA, 1985d, p. 36-37).

Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, inspirava valores como fé, patriotismo, disciplina, concórdia, honra e dever cívico. Esses valores teriam sido internalizados por meio da educação militar e religiosa, permitindo que protagonizasse inúmeras vitórias e conquistas épicas (CORRÊA, 1985m, p. 228). Caxias teria, ao longo de sua trajetória militar, honrado seu padroeiro de nascimento, S. Luiz, cujo nome recebeu. Por ser devoto de Nossa Senhora Imaculada Conceição, levava sua imagem num altar portátil, a quem erigiu igrejas e celebrou festas pomposas (CORRÊA, 1985i, p. 223-224; 1985n, p. 25). Sua trajetória de vida teria sido gloriosa e exemplificava o êxito da aliança entre a “Espada e a Cruz” ao manifestar virtudes cristãs, tais como o temor a Deus, a caridade e o sacrifício pessoal em favor da pátria (CORRÊA, 1985m, p. 228). A defesa do dever, da honra e da vitória teria pautado sua trajetória de vida, tornando-o num defensor da “ordem e da paz”. Também seria um exemplo de abnegação e dever cívico, pois diante do “último sacrifício” para a glória do Brasil, exclamou resignado: “Que fazer, senão resignar-me a morrer no meu posto? Demais tenho já arriscado a minha vida, tantas vezes, pelo Imperador, que mais uma na idade em que estou pouco é!” (CORRÊA, 1985i, p. 223-224). Caxias tornava-se um exemplo da eficácia dos valores católicos e do patriotismo cristão na sociedade, ou seja, de que Deus seria a “força dos heróis” e que Nossa Senhora era “Padroeira do Exército Brasileiro” (CORRÊA, 1985p, p. 67).

João Baptista das Neves também foi celebrado por ser um “fiel católico” e um

“soldado da República”. Nascido em uma família católica, teria conservado sua fé durante toda a sua vida, sendo considerado um “espírito profundamente religioso”. Entre as lições aprendidas no catolicismo, estava que Deus era o inspirador de todos os heroísmos, que o bom cristão deveria amar a sua pátria, ser cioso com os seus deveres e do seu valor e, por fim, a sobrepor “a razão aos sentidos e o dever à paixão”. Ou seja, o futuro herói teve seu caráter formado na educação profundamente católica que teria estimulado seu patriotismo e sua fé. Sua morte teria sido a “consagração imortal de uma vida honrada” e do amor ao país. D. Aquino afirmava que Neves foi um mártir, um salvador e o seu heroísmo advinha do amor pátrio, ao se sacrificar e morrer por ela. Assim, era um exemplo à coletividade brasileira pelas suas virtudes cívicas, militares e cristãs (CORRÊA, 1985d, p. 28-31, 32).

Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré, teria se tornado patrono da Marinha devido ao seu “profundo e sincero sentimento religioso”, pois era “convictamente católico, apostólico, romano”, pois rezava diariamente, comungava, confessava-se e ia com regularidade às missas. Sua fé foi considerada inabalável e teria educado sua família a partir dos preceitos católicos. D. Aquino citou um fragmento da reportagem de Carlos de Let, na qual testemunhava que “Tamandaré, de joelhos, a orar em frente do tabernáculo eucarístico, era uma lição e uma resposta aos parvos, que assoalhavam o antagonismo entre a fé e o civismo, entre a religião e a bravura, entre o catolicismo e o amor da Pátria” (CORRÊA, 1985r, p. 228). Nos atos de lançamento ao mar de novos navios, não prescindia do ritual religioso. Assim, pelos seus costumes, catolicismo e honra seria um exemplo às futuras gerações (CORRÊA, 1985r, p. 229).

Considerações finais

As décadas de 1920 e 1930 foram representadas pela hierarquia eclesiástica como

de crise social, política, religiosa e moral. A crítica se dirigia ao regime republicano que não reconhecia os direitos dos católicos, que eram a maioria da população. A ofensiva para mudar esse cenário ocorreu com as alianças, quando a Igreja Católica colaborou de forma intensa com o Estado e com as elites garantindo espaços e conquistas na legislação. A cristianização social apoiada nessas alianças garantia a presença do catolicismo na sociedade, e a Igreja atuava como força legitimadora e consagradora do poder. Diante das transformações da sociedade brasileira, a hierarquia eclesiástica procurava demonstrar os limites do Estado no controle social e destacava o papel da Igreja Católica para disciplinar a população, para legitimar governos e enquadrar a opinião pública, ou seja, discursos autoritários que se autorepresentavam como defensores e em benefício da religião e da nação (CORRÊA, 1985a, p. 31).

D. Aquino, como porta-voz da hierarquia eclesiástica brasileira, manifestou em diversas situações o apoio a Getúlio Vargas e defendia a implantação de um Estado centralizado, autoritário, interventor e nacionalista e que combatesse o liberalismo, o capitalismo, o anarquismo, o socialismo, o comunismo e as suas possibilidades no movimento operário, além de outros inimigos como o laicismo, a maçonaria, o protestantismo e o espiritismo. Esses inimigos eram vistos como ameaças ao país e como degeneradores da vida humana. O modelo defendido era a *terceira via*, ou seja, um Estado ético-corporativo, baseado na moral espiritual cujos pressupostos seriam os católicos, pois não poderia haver nacionalismo sem catolicismo. Na colaboração entre a Igreja e o Estado, valorizava-se o papel disciplinar e civilizador da Igreja Católica ao difundir o civismo e valores como a obediência às autoridades e às leis, a valorização da ordem e da disciplina, pois sem elas e sem religião se perpetuariam as crises políticas, sociais e morais. Assim, defendia a cristianização social apoiada nas alianças com o Estado e com as elites

buscando consolidar uma posição de destaque para o catolicismo e obter, dessa forma, privilégios e posições vantajosas.

O discurso nacionalista, apresentado como patriotismo cristão, valorizava os deveres dos cidadãos e a sua contribuição para o desenvolvimento e para defesa do país e das suas instituições, sobretudo a Igreja Católica. O objetivo era reforçar o civismo, a corresponsabilidade dos indivíduos de se aprimorar física, intelectual e moralmente, a respeitar as autoridades (pois eram representantes de Deus), a observar as leis (como emanção das leis divinas), a trabalhar pela sua prosperidade econômica e dispostos a morrer para defender a sua soberania. A valorização de um panteão cívico católico evidenciava a eficácia da união entre patriotismo e catolicismo, que criava indivíduos obedientes às leis, moralizados, cômicos dos seus deveres de obediência às autoridades, laboriosos e disciplinados. Enfim, com qualidades superiores.

O patriotismo cristão ou o nacionalismo cristão foram temas recorrentes não só nos discursos de D. Aquino, mas também na imprensa e nas publicações católicas, assim como nas ideologias do Estado Novo, evidenciando a colaboração entre Igreja e Estado e a defesa de Getúlio Vargas como liderança capaz de regenerar a política e salvar o Brasil dos inimigos que o ameaçavam. Como afirmou Anderson (2008), o nacionalismo está mais das religiões do que das ideologias.

Em suma, a atuação, os posicionamentos, a militância e os discursos de D. Aquino contribuíram para disseminar um imaginário anticomunista e reforçar o nacionalismo, além de justificar governos autoritários e antidemocráticos, excitar o combate aos movimentos sociais e às religiões e às ideologias concorrentes.

Referências

- A SANTA Sé e o Estado de Matto Grosso no Bicentenario da fundação de Cuiabá: MDCCXIX – MCMXIX. S. n. t.
- AMORIN, *Moisés Carlos de*; LEITE, *Mário Cezar Silva*. D. Francisco de Aquino Corrêa e a divinização da terra mato-grossense. I Seminário de Estudos de Linguísticos e Literários da UFMT, *Revista Diálogos*, Maringá. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/revdia/article/view/2723>. Acessado em 10 de jan. 2016.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, v. 4. Economia e Cultura (1930-1964). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-341.
- CARTA Pastoral do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos fiéis de suas Dioceses por ocasião do Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Papalaria e Tipografia Marques, Araújo e Cia, 1922.
- CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. D. Aquino Corrêa e D. Pedro Casaldáliga: entre o universo telúrico, a fé e o poder. *Revista Ecos*, Cáceres, v. 16, p. 121-131, 2014.
- COMETTI, Pedro. *Dom Aquino Corrêa - Arcebispo de Cuiabá: vida e obra*. Brasília: Gráfica do Senado, 1994.
- CORRÊA, D. Francisco de Aquino. A Revista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, Anno I, Tomo I, 1919a, p. 1-3.
- CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Discurso: Pro Pátria Cógna Atque Immortali. Allucção proferida na instalação do Instituto Histórico de Matto-Grosso em 8 de Abril de 1919. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, Anno I, Tomo II, 1919b, p. 3-6.
- CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Imperialismo e protestantismo*: conferência realizada em Cuiabá, no dia 12 de abril de 1926. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1926a.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Religião e tradicionalismo (Conferência lida na sessão solenne promovida, a 15 de Julho de 1926, no salão Pio XI, do Asylo S. Rita, pela Liga Catholica em commemoração ao 1º Centenário do Bispado de Cuiabá). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, Anno VIII, Tomo XVI, 1926b, p. 37-55.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. De mãos dadas sob a cruz de estrelas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, Ano XV, Tomos XXIX-XXX – 1933, p. 85-93.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. A Igreja, a Republica e o Estado Novo (alocução proferida após Missa Campal comemorativa do Cinquentenário da Republica em Cuiabá, a 19 de Novembro de 1939). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, Anno XXI, Tomos XLI-XLII – 1939a, p. 153-156.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Centenário do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro (Sermão na Missa de acção de graças, a 21 de Outubro de 1938). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, Anno XXI, Tomos XLI-XLII – 1939b, p. 1-13.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Aos Heróis de Laguna e Dourados. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, Anos XXIII e XXIV, Tomos XLV-XLVIII – 1941-1942, p. 3-10.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Terra Nata*: versos a Mato Grosso, o grande Estado do Oeste Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949.

CORRÊA, F. A. *Dom José Antônio dos Reis*: primeiro bispo diocesano de Cuiabá. Rio de Janeiro: Gráfica do Jornal do Comércio, 1954.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. O patriotismo cristão. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Cartas pastorais*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985a. 3v., v.1. p. 30-37.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Deus e pátria. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Cartas pastorais*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985b. 3v., v. 1. p. 128-156.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Testamento de Vosso Arcebispo. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Cartas*

pastorais. Brasília: Imprensa Nacional, 1985c. 3v., v. 2. p. 287-303.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Um almirante mato-grossense. Elogio fúnebre do Contra-Almirante João Batista das Neves, em solenes exéquias na Capela do Liceu Salesiano. Cuiabá, 23 de janeiro de 1911. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985d. 3v., v. 1. p. 25-37.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. A bandeira da pátria. Na prefeitura do Distrito Federal, ao ser condecorado o aluno salesiano, que saldara o Pavilhão Nacional, no naufrágio da Barca Sétima. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1915. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985e. 3v., v. 1. p. 57-61.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. No Ipiranga. Por ocasião da romaria cívica dos alunos Salesianos, no Centenário da Independência. São Paulo, 12 de outubro de 1922. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985f. 3v., v. 1. p. 99-105.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Sede Brasileiros! Em colação de grau a uma turma de Bacharéis do Ginásio São Joaquim, Lorena, 14 de novembro de 1924. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985g. 3v., v. 1. p. 139-152.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Oração pela pátria. Em missa campal, no “Dia da Pátria”. Cuiabá, 7 de setembro de 1937. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985h. 3v., v. 2. p. 187-189.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Salve, Caxias! Em São Paulo, ao microfone. 20 de agosto de 1939. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985i. 3v., v. 2. p. 221-224.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Lições da Guerra. Na Catedral, ao recolher-se a Procissão do Corpo de Deus. Cuiabá, 26 de maio de 1940. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco*

de Aquino Corrêa - Discursos. Brasília: Imprensa Nacional, 1985j. 3v., v. 2. p. 241-246.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Religião, moral e política. Em missa de ação de graças pelo 1º centenário do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1927. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985l. 3v., v. 1. p. 247-256.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Salve, Pátria! No “Dia da Pátria”, em Campo Grande (MS). 7 de setembro de 1939. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985m. 3v., v. 2. p. 225-229.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. O exemplo de Caxias. No quartel do 16º B. C. de Cuiabá, 25 de agosto de 1941 In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985n. 3v., v. 3. p. 23-37.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Aos heróis de Laguna e Dourados. Ao serem inumados os restos mortais da Praia Vermelha. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1941. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985o. 3v., v. 3. p. 29-36.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. No centauro do céu brasileiro. No Rio de Janeiro, ao microfone da Rádio Vera Cruz. 25 de agosto de 1942. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985p. 3v., v. 3. p. 167-173.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. O culto da bandeira. No parque do Anhangabaú. São Paulo, 19 de novembro de 1949. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985q. 3v., v. 3. p. 167-173.

CORRÊA, D. Francisco de Aquino. Tamandaré. Junto ao Monumento do Almirante Tamandaré, na Praia do Botafogo. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1950. In: SILVA, Corsíndio Monteiro da (Org.). *Dom Francisco de Aquino Corrêa - Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1985r. 3v., v.3. p. 167-173.

KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética (A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta)*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988.

Leão XIII, [Papa]. *Rerum Novarum*. Disponível em http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/it/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acessado em 1 de fev. 2016.

MARIN, Jéri Roberto. Dom Francisco de Aquino Corrêa e a criação de uma unidade moral e nacional para os mato-grossenses. In: _____. *Religiões, religiosidades e diferenças culturais*. Campo Grande: UCDB, 2005. p. 59-73.

PIO XI, [Papa]. *Divini Redemptoris*: carta encíclica de sua santidade o Papa Pio XI sobre o comunismo ateu. São Paulo: Edições Paulinas, 1937.

PIO XI, [Papa]. *Quadragesimo Anno*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acessado em 1 de fev. 2016.